



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2024
(Do Sr. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ)

Requer a realização de Audiência Pública para debater acerca do Decreto nº 11.999/24 e do Programa de Residência Médica do país.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 117, inciso VIII, do Regimento, a convocação de uma **AUDIÊNCIA PÚBLICA** nesta Comissão de Saúde, destinada à discussão do Decreto nº 11.999/24 e do Programa de Residência Médica nacional.

Nestes termos, indico como convidados as seguintes autoridades:

- Dr. Angelo Vattimo, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP);
- Dr. Carlos Magno dos Reis Michaelis, Superintendente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP); e
- Dra. Dilma Maria Matos, Relações Institucionais do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP).

JUSTIFICAÇÃO

À revelia dos membros da atual Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e das lideranças das principais entidades médicas nacionais, governo federal publicou em 18 de abril, o decreto nº 11.999/24, alterando substancialmente a composição da CNRM, que passou a contar com o dobro de representantes do Palácio





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

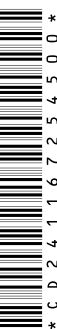
do Planalto. Dentre as alterações do Decreto, houve a exclusão de membros de associações de representação e de especialidades médicas para incluir mais membros do Governo Federal, o que trará maior interferência política na oferta, avaliação e supervisão das residências médicas. Neste cenário, a qualidade da saúde do país, das residências médicas e profissionais médicos está em risco.

Juntas, as entidades enviaram um ofício ao presidente em exercício, Geraldo Alckmin, solicitando uma audiência urgente para tratar dos pontos mais preocupantes do decreto. Assinam o ofício, o presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Hiran Gallo; a presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Lúcia Maria de Sousa Aguiar dos Santos; o presidente da Federação Brasileira de Academias Médicas (FBAM), Vicente Herculano da Silva; da Federação Médica Brasileira (FMB), Tadeu Calheiros; a presidente da Academia Nacional de Medicina (ANM), Eliete Bouskela; o presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR), Lucas Henrique Rinaildi Faidiga; e da Associação Brasileira de Medicina (AMB), César Eduardo Fernandes.

No ofício, as entidades questionam a manutenção da Câmara Recursal na estrutura da CNRM o que, na visão das entidades médicas retira o poder decisório do plenário desta instância. Também questionam o fato de a Câmara Recursal, composta por dois representantes do governo e um das entidades médicas, retirar o poder decisório do plenário.

As entidades também questionam o fato de desqualificação do papel do secretário executivo da CNRM, “que deixa de ser membro votante da Comissão para exercer funções meramente administrativas”. Outro questionamento é o que possibilita ao governo indicar membros não-médicos para compor a Comissão Nacional de Residência Médica.

Também preocupa às entidades médicas a criação de Câmaras Técnicas Regionais com a participação de representantes dos Ministérios da Educação e da Saúde, ampliando o poder de influência do governo nas decisões da CNRM.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Ao final do ofício, as entidades afirmam confiar no apoio do presidente em exercício, Geraldo Alckmin, que, por ser médico, conhece a importância do rigor técnico da residência médica no Brasil.

É necessário, portanto, que esta Comissão autorize a realização de Audiência Pública destinada a discutir o relevante tema.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 2024.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
(PL-SP)

